

**Sessão Solene de abertura do Ano Judicial**  
**Supremo Tribunal de Justiça**  
**8 de outubro de 2015**

1. Ao longo da legislatura que agora termina, fiz sempre questão de enfatizar, em todas as sessões de abertura do ano judicial, a importância da prestação de contas pelo Estado aos cidadãos, transmitindo com toda a transparência e verticalidade as ações governativas do Ministério da Justiça já concretizadas e aquelas que pretendia concretizar.

Hoje, aqui, em tempo de balanço, cumpre-me, pois, começar por dizer, com todo o orgulho e satisfação, que executámos o Programa do Governo para a Justiça. Cumprimos a nossa missão!

2. Nos últimos quatro anos implementámos reformas estruturantes, em diversas áreas de atuação do Ministério da Justiça:

a) **No plano da reorganização do sistema judiciário**, implementámos o **Mapa Judiciário**, o que envolveu não só a elaboração da Lei da Organização do Sistema Judiciário e respetivo Regulamento, mas também a realização de obras em diversos tribunais e a mobilização de recursos técnicos e humanos, alterando profundamente a paisagem judiciária do País, com o objetivo de dotar os cidadãos de uma justiça mais próxima e mais eficaz.

b) **No plano da modernização do sistema de justiça**, aprovámos o **Plano de Ação para a Justiça na Sociedade da Informação**, visando estabelecer as bases para um sistema de informatização da gestão processual em todas as jurisdições, de alta segurança e com graus diferenciados de acesso, no respeito do princípio da independência da justiça, e transformar os tribunais em organizações voltadas para o cidadão, com níveis de serviço aceites e previsíveis, assegurando a eficácia, a eficiência e a satisfação de todos os utilizadores do sistema.

Assim, o Plano de Ação foi dividido em três eixos de atuação, concretamente os tribunais, os serviços do registo e notariado e o Portal da Justiça.

ii) Aprovámos um novo Estatuto da Ordem dos Advogados, um novo Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução e um novo Estatuto da Ordem dos Notários, encontrando-se subjacente a estes novos diplomas a intenção de dignificar estas profissões.

**d) No plano da justiça civil:**

i) Aprovámos um novo Código de Processo Civil, cuja matriz é a simplificação dos procedimentos, em ordem à maior celeridade, condição essencial de um processo verdadeiramente equitativo.

ii) Aprovámos um conjunto de medidas urgentes de combate às pendências em atraso no domínio da ação executiva, bem como aperfeiçoámos, com o mesmo objetivo de maximização da eficiência do sistema, a tramitação da ação executiva, designadamente em matéria de utilização de meios electrónicos.

iii) Criámos o procedimento extrajudicial pré-executivo, através do qual o credor, munido de um título executivo idóneo para o efeito, pode proceder, por via do agente de execução, à consulta às várias bases de dados em termos absolutamente idênticos àqueles que se verificam no âmbito da ação executiva, a fim de averiguar se o devedor tem bens penhoráveis, antes de ser instaurada a correspondente ação executiva.

iv) Aprovámos os Princípios Orientadores da Recuperação Extrajudicial de Devedores e alterámos o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial, com o firme e claro objetivo de fomentar a reestruturação e revitalização das empresas.

v) Criámos a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça, a qual é responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos auxiliares da justiça, porque entendemos que este aspeto é complementar e indispensável à eficiência do sistema.

vi) Aprovámos o Estatuto do Administrador Judicial, regulando o acesso à atividade, as condições de exercício e o regime sancionatório.

vii) Aprovámos o regime jurídico do processo de inventário, do qual consta designadamente a atribuição de competência aos cartórios notariais para tramitar o processo de inventário, assim se visando alcançar maior agilidade no andamento destas ações.

viii) Aprovámos o procedimento especial para o registo da propriedade de veículos adquirida por contrato verbal de compra e venda, tendo em vista a regularização da propriedade dos veículos.

ix) Alterámos o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, permitindo a concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, a descendentes de judeus sefarditas.

x) Aprovámos a Estratégia de Proteção ao Idoso, documento inovador e abrangente que aborda esta temática desde logo sob a perspetiva dos específicos direitos fundamentais dos idosos, prosseguindo depois para a enunciação de um conjunto de alterações legislativas a introduzir, quer no Código Civil, na parte relativa ao regime do suprimimento das incapacidades, quer no Código Penal.

**e) No plano da justiça de menores:**

i) Alterámos a Lei Tutelar Educativa e aprovámos o regime geral do processo tutelar educativo.

ii) Aprovámos o regime jurídico do processo de adoção, concentrando num único diploma todas as disposições respeitantes a esta matéria e introduzindo simplificação procedimental, designadamente através da eliminação da providência tutelar cível de confiança judicial com vista à adoção, e da restrição da confiança administrativa aos casos de consentimento prévio para a adoção ou de confirmação de uma permanência a cargo, titulada, tudo visando assegurar que este processo onde se discute de forma tão intensa o superior interesses da criança a uma família se concretiza com a máxima celeridade.

**f) No plano dos meios de resolução alternativa de litígios:**

i) Aprovámos a Lei da Arbitragem Voluntária, visando aproximar a Lei de Arbitragem Voluntária ao regime da Lei Modelo da UNCITRAL sobre Arbitragem Comercial Internacional, com vista a sensibilizar as empresas e os profissionais de diversas áreas que frequentemente recorrem à arbitragem noutros países para as vantagens e potencialidades da escolha de Portugal como sede de arbitragens internacionais, aplicável seja a de um destes.

ii) Estabelecemos os princípios gerais aplicáveis à mediação, bem como os regimes jurídicos da mediação civil e comercial, dos mediadores e da mediação pública, concentrando desta forma num único diploma legislação que se apresentava dispersa e colmatando lacunas de regulamentação.

iii) Alterámos a Lei dos Julgados de Paz, aperfeiçoando a sua organização e funcionamento, designadamente através da introdução da possibilidade de tramitação de procedimentos cautelares nos Julgados de Paz e da ampliação da sua competência para causas de valor até 15 000 euros.

iv) Estabelecemos o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo.

**g) No plano da justiça administrativa**, operámos uma reforma profunda e completa na legislação pertinente, aprovando um novo Código de Procedimento Administrativo, um novo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e um novo Código do Processo nos Tribunais Administrativos.

Salientava, neste ponto, a circunstância da reforma do contencioso administrativo ter tido presente a reforma por nós introduzida no Código de Processo Civil, em ordem à harmonia global do edifício legislativo, que constitui um elemento de importância primordial na nossa ação governativa.

h) **No plano da justiça penal:**

i) Em reforço do acervo legislativo no domínio da cooperação judiciária internacional em matéria penal, aprovámos os regimes jurídicos da transmissão, entre os Estados-Membros da União Europeia, de decisões que apliquem medidas de coação, bem como de sentenças que apliquem penas de prisão, e alterámos o regime jurídico do mandado de detenção europeu.

ii) Aprovámos a nova Lei da Identificação Criminal, onde se contempla designadamente a troca de informações entre os Estados-Membros da União Europeia sobre os registos criminais.

iii) Aprovámos o quadro legal para a emissão e transmissão de decisões de proteção das vítimas no espaço da União Europeia, e aprovámos também o Estatuto da Vítima, salientando que a matéria da proteção das vítimas assume, para nós, relevância primordial.

Em particular o Estatuto da Vítima reconhece, pela primeira vez na legislação nacional, a vítima como sujeito processual, garantindo-lhe os direitos de informação, de assistência, de proteção e de participação ativa no processo penal.

iv) Ainda a respeito do tema das vítimas congratulamo-nos particularmente com a aprovação da lei que alterou o Código Penal, na parte relativa aos crimes sexuais contra crianças, e que criou o registo de identificação criminal de condenados pela prática desses crimes.

Trata-se de um diploma equilibrado, que pondera adequadamente as necessidades de reinserção social dos condenados e a imperiosa proteção do direito das crianças a um desenvolvimento harmonioso físico e psicológico.

Na presente data todas as Diretivas da União Europeia em matéria de justiça se mostram transpostas para a ordem jurídica nacional, pelo que o Ministério da Justiça também aqui cumpriu integralmente a sua missão!

v) Mas também as demais alterações introduzidas no Código de Processo Penal e no Código Penal tiveram um norte a guiá-las, concretamente a maior celeridade processual e a criação das melhores condições para que se faça efetiva justiça. Permito-me destacar, a este nível, a revisão do regime da prescrição operada em 2013, da qual resultou que deixou de aproveitar ao arguido a interposição de recursos sucessivos da sentença, ou a interposição de recurso para o Tribunal Constitucional, porque enquanto estiverem pendentes quaisquer recursos, inclusivamente para o Tribunal Constitucional, os prazos de prescrição param de correr, podendo permanecer assim parados por um período de tempo que pode chegar aos vinte anos.

vii) Aprovámos um conjunto de alterações a vários diplomas, designadamente a Lei de Combate ao Terrorismo, visando responder à emergência do radicalismo, assim contribuindo para a manutenção da paz e da segurança e o respeito pelos direitos fundamentais;

viii) Aprovámos o primeiro Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção, que se afirmou como um documento estratégico de atuação do sistema da execução das penas e medidas em Portugal.

Senhor Presidente da República

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

3. Acabei de apresentar um elenco que é profundamente emblemático daquilo que foi sempre o nosso timbre ao longo desta legislatura que agora termina: Fazer, introduzir mudanças para aperfeiçoar, agilizar, aproximar, modernizar, dotar o País de mais e melhor justiça!

Foram quatro anos muito intensos, com grandes desafios.

4. E pese embora o tempo decorrido relativamente a muitas destas medidas seja ainda curto, os números provisórios que possuímos apontam já para uma redução global de pendências nos tribunais judiciais, ao longo do ano de 2015, na ordem dos 6%.

Acresce que segundo dados da Câmara dos Solicitadores, por força do novo procedimento judicial pré-executivo evitaram-se cerca de 70% de ações em tribunais que não teriam logrado qualquer efeito útil, por inexistência de bens penhoráveis.

5. Mas este tempo de balanço é também tempo, inteiramente justo e devido, de agradecimentos!

Já o disse antes e reafirmo-o, não se fazem reformas, e sobretudo reformas de fundo, sem o apoio e a colaboração leal e empenhada dos operadores judiciários.

Agradeço, pois, a todos, Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público, Procuradoria-Geral da República, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Ordem dos Advogados, Câmara dos Solicitadores, Sindicato dos Funcionários Judiciais, a prestimosa colaboração, materializada na participação em reuniões, na emissão de pareceres sobre diplomas legais.

6. Na obra de referência *“A Ideia de Justiça”*, Amartya Sen abre o prefácio com as seguintes palavras: *“«No pequeno mundo em que as crianças vivem a sua existência», diz Pip no livro Grandes Esperanças, de Charles Dickens, «nada há que seja mais finamente percebido e sentido do que a injustiça»”, e acrescenta mais à frente “mas esta aguda percepção da injustiça evidente é algo que também acontece nos seres humanos adultos. O que nos toca, e é razoável que o faça, não é o dar-mo-nos conta de que o mundo fica aquém de um estado de completa justiça – coisa de que poucos têm esperança -, mas o facto de que, à nossa volta, existam injustiças manifestamente remediáveis e que temos vontade de eliminar”*.

Trouxe comigo para o Ministério da Justiça um ideal de justiça e agi sempre em função desse ideal, acreditando na bondade das opções tomadas e das decisões assumidas, para a vida dos cidadãos, para o sistema de justiça e para os seus operadores.

Acredito que o sistema de justiça é, hoje, mais simplificado, mais ágil, mais eficaz e mais equitativo.

Obrigada.